

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.197 - PA (2019/0040617-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : FLÁVIA CRUZ DA COSTA (PRESO)
ADVOGADO : PAULO ROBERTO CORREA MONTEIRO E OUTRO(S) -
PA002415
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por FLÁVIA CRUZ DA COSTA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no julgamento do HC n. 0808656-19.2018.8.14.0000.

Consta dos autos que a recorrente foi condenada à pena de 74 anos e 8 meses de reclusão, em regime fechado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I, III, e IV, c/c o art. 70, *caput*, ambos do Código Penal.

Nesta via, a recorrente afirma que a decretação da custódia cautelar não apresentou fundamentação idônea, tendo em vista a ausência dos requisitos necessários, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega, ainda, que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Aduz possuir filha menor de 12 anos de idade que necessita de seus cuidados, solicitando, assim, a prisão domiciliar por preencher os requisitos previstos no art. 318, inciso V, do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do reclamo para que seja revogada a prisão preventiva da recorrente ou aplicadas medidas cautelares menos gravosas.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada a FLÁVIA CRUZ DA COSTA, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 106-107):

[...]

Em suas informações, a autoridade coatora informa que a paciente fora condenada pelo tribunal do júri, em 28.09.2018, por ter cometido três crimes de homicídio qualificados mais duas tentativas de homicídio qualificado, em concurso formal impróprio, a uma pena de reclusão de 74 anos e 8 meses de reclusão, destacando que se encontra recolhida no Centro de Recuperação Feminino de Santarém recém-inaugurado, sendo premente a decretação da custódia preventiva, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade, diante do reconhecimento da

autoria e materialidade pelos jurados para garantia da ordem pública, uma vez que houve grande abalo à comunidade santarena (repercussão social e gravidade concreta) e a demora no cumprimento da pena gera uma sensação de impunidade. Ademais, assentou a garantia da aplicação da lei penal, tendo em vista que, cientes da quantidade elevada de pena, os acusados poderão tentar se ausentar para evitar suas responsabilizações.

O juízo monocrático declinou, ainda, que teve informações de que testemunhas de acusação, especialmente as vítimas sobreviventes, estariam sendo ameaçadas pelos acusados.

De fato, constata-se a gravidade concreta do crime, demonstrando ousadia e audácia, colocando em xeque a paz e a tranquilidade social de população de Santarém.

Nesse compasso, insta consignar que a denúncia narra que, no dia 22.02.2015, por volta de 3h30min, a residência localizada na rua Ituqui, nº 17, bairro Santarenzinho, em Santarém, fora incendiada dolosamente, resultando na morte de Raimunda Edileuza Souza da Cunha, Jheniffer Larissa Souza da Cunha e Edson Phillip Gonçalves da Cunha. Sobreviveram as vítimas David Luan Souza da Cunha e Breno Paulo Matos Maciel. As investigações policiais apontaram como razão para o crime uma represália por parte da paciente, em face de que a vítima Raimunda Edileuza teria "dedurado" o marido ("Naldo") daquela como sendo traficante de drogas. Ao ser preso, "Naldo" teria assumido a propriedade da droga, razão pela qual Flávia foi posta em liberdade e começou a ameaçar a vítima Raimunda Edileuza de que se vingaria do que ela fez. Há informação nos autos que, no dia 21.02.2015, por volta das 9:30h, a paciente Flávia Cruz comprou gasolina no auto posto São João em dois recipientes plásticos com capacidade para 25 (vinte e cinco) lit ros. Assim, no dia e horário dos fatos, os réus, com unidade de desígnios e dolo de matar, atearam fogo na residência da vítima Raimunda Edileuza.

A meu sentir, portanto, o juízo a quo fundamentou devidamente a custódia cautelar da paciente para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal (art. 312, do CPP), na medida em que há prova da materialidade e indícios suficientes da autoria do delito.

A situação fática revelada nos autos impede a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pois essas não são adequadas à gravidade dos crimes e circunstâncias dos fatos, segundo a regra do art. 282, II, do CPP, além de que, presentes os requisitos do art. 312, do CPP, descabe a aplicação dessas medidas.

Acrescentou que "*Não se demonstrou, por outro lado, a situação de vulnerabilidade da filha bem como a indispensabilidade da paciente para cuidá-la. Assento que a necessidade de manutenção da custódia sobrepõe-se à exigência da concessão da benesse, não havendo, portanto, flagrante ilegalidade a ser reconhecida*" (e-STJ, fl. 108).

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca da situação prisional da recorrente e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Com as informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator